FGV DIREITO SP
MESTRADO PROFISSIONAL

Comparativo da Lei de Superendividamento e a Lei de Recuperação Judicial de Microempresários

Talyta Gabrielly Postigo dos Santos

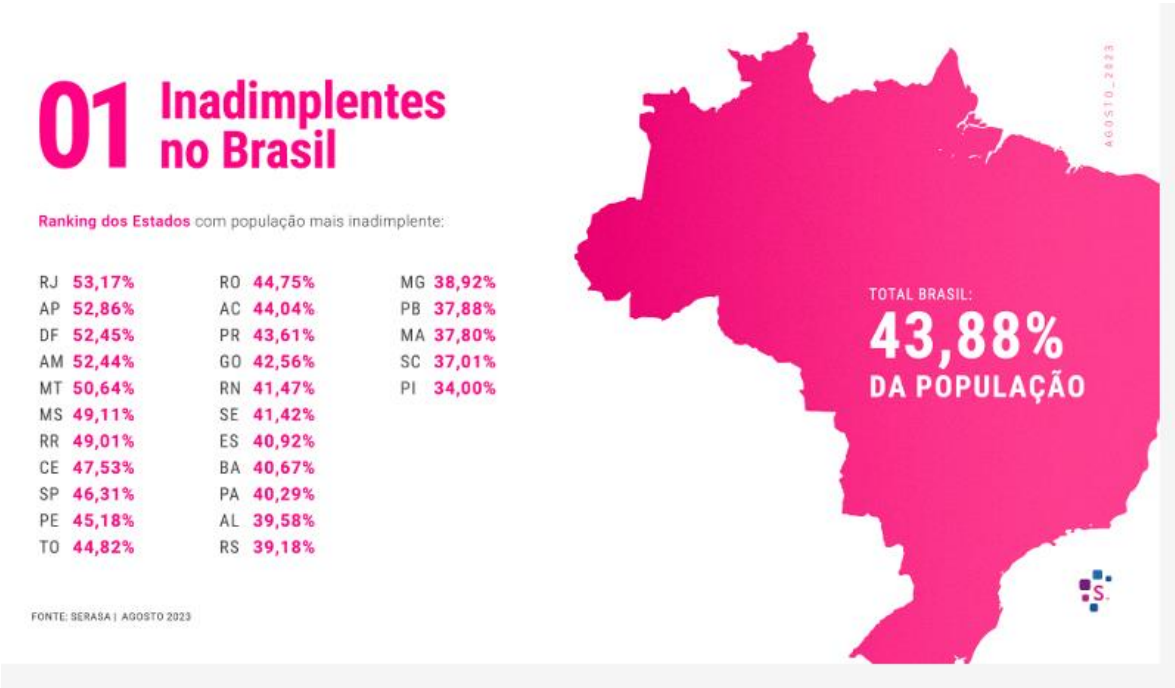
Projeto de pesquisa apresentado ao
Mestrado Profissional da FGV Direito SP.

Versão de 29/10/2023

1. Tema, contexto e delimitação de escopo

O trabalho terá como tema a análise das leis de superendividamento e da recuperação judicial de microempresários e com base nisso será realizada uma comparação, o passo a passo de como funciona em cada processo, o que é necessário para ingressar com a ação, os documentos necessários, sobre o planejamento financeiro, quem tem por obrigatoriedade apresentar, como deve ser elaborado, se pode ser impugnado pelos credores até a aprovação do plano, se o microempresário pode optar pela aplicação da lei de recuperação judicial ou superendividamento, as vantagens e desvantagens de cada lei.

De acordo com o site do senado federal foi registrado um número recorde de superendividados no Brasil, cerca de 65,19 milhões de brasileiros estavam endividados em janeiro, esse número representa cerca de 40,15% da população adulta do país.



https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/mapa-da-inadimplencia-e-renogociacao-de-dividas-no-brasil/

A pandemia do COVID-19 trouxe inúmeros impactos para a sociedade, como desemprego, redução de renda e aumento do endividamento, neste contexto a lei nº. 14.181/21 foi aprovada com o intuito de oportunizar uma segunda chance para as pessoas físicas e microempresários poderem renegociar suas dívidas, evitando o endividamento excessivo, melhorando a circulação de dinheiro de forma consciente, garantindo a mínimo existencial.

A Lei de Superendividamento foi baseada na Lei de Recuperação Judicial de Falências, esta lei permite que as empresas reestruturem suas dificuldades financeiras e continuem operando de processo judicial supervisionado, estruturando a negociação com credores.

A principal diferença entre as leis é que uma visa a recuperação de pessoas físicas e a outra de pessoa jurídica, enquanto a recuperação judicial envolve um processo complexo, com intervenção do juiz e apresentação de um plano de recuperação a lei de superendividamento é acessível, envolvendo a renegociação de dívidas, não exigindo apresentação de um plano formal, bem como exclui certos tipos de dívidas, como: impostos, pensão alimentícia, crédito rural e habitacional e dívidas relacionadas a produtos e serviços de luxo.

A lei de superendividamento visa a proteção dos consumidores, a transparência, responsabilidade e disponibilização de crédito consciente. Para os credores implica na obrigação de análise adequada da capacidade financeira e o aconselhamento ao consumidor sobre as implicações em assumir determinadas responsabilidades financeiras.

O presente trabalho consistirá no estudo de natureza exploratória, traçando um comparativo entre as leis, pontos positivos e negativos e sugestões de modificações na aplicabilidade da lei.

2. Quesitos, fontes de pesquisa e formas de acesso

No âmbito da análise que será realizada no trabalho que resultará deste projeto, enfrentaremos, dentre outros, os problemas a seguir. As fontes e métodos de investigação adotados para esta finalidade constam detalhados logo após os quesitos.

Contextualização fática:

- Qual o intuito da criação da Lei de Superendividamento? Qual o contexto mundial durante a elaboração e a entrada em vigor da lei?

- O planejamento financeiro soluciona os casos de superendividamento?

- Quais as consequências dos superendividados perante a economia Brasileira e Mundial?

- O que justifica o interesse privado e público na realização de plano judicial para pessoas físicas?

Referencial teórico-normativo:

- Quem são os principais interessados na aplicabilidade da lei?

- Quais são os perfis dos devedores? O Não cumprimento do plano judicial recorre em alguma punição? É possível adesão de novo plano judicial já tendo descumprido alguma vez um plano judicial anterior?

- Quais os estímulos e incentivos legais para essa modalidade de conciliação entre credores e devedores?

Abordagem analítica:

- Quais as vantagens e desvantagens da utilização da Lei de Superendividamento? É possível utilizar dos benefícios da lei de recuperação judicial e superendividamento ao mesmo tempo?

- A Lei de Superendividamento atinge ao patrimônio do cônjuge/companheiro?

- Quais os principais riscos e como podem ser mitigados?

- Quais as questões jurídicas sensíveis e como devem ser equacionadas?

- A solução adotada no caso concreto foi positiva? O que deu certo e o que deu errado?

- Como os tribunais brasileiros têm recepcionado a Lei de Superendividamento? As decisões têm sido positivas aos credores e devedores?

Recomendações finais:

- Em que situações se recomenda a utilização da Lei de Superendividamento? Que cautelas que devem ser observadas?

- A legislação atual é adequada e suficiente para favorecer o uso de plano judicial a pessoas físicas?

- Quais alterações legislativas poderiam fomentar a utilização desse tipo de plano judicial?

2.1. Fontes e métodos de investigação

As fontes objeto de pesquisa e estudo serão: legislativa (pátria e estrangeira), jurisprudencial e bibliográfica (nacional e estrangeira), incluindo artigos e papers de relevância nacional e estrangeira. As principais obras de referência a serem consultadas estão indicadas no item Bibliografia deste Projeto.
Para a fonte legislativa, serão levantadas não somente as leis específicas sobre a atuação da lei de superendividamento, mas também as pesquisas elaboradas pelo observatório da associação brasileira de juremetria, entre outras.

Analisaremos o conteúdo das decisões judiciais enfrentadas em ambos os casos de recuperação judicial e superendividamento, levantando qual a porcentagem de casos é deferido com resultado positivo e quais as dificuldades enfrentadas para solver as dívidas das pessoas físicas e jurídicas.

Consultarei textos bibliográficos obtidos em bibliotecas públicas e privadas, especialmente a) da Fundação Getúlio Vargas, b) da Faculdade de Direito de São Paulo, c) da PUC d) da associação brasileira de juremetria e f) de fontes públicas e repositórios eletrônicos;

Tendo em vista que a lei de Superendividamento ser recente, talvez não tenha muitas doutrinas ou decisões judiciais neste sentido, podendo ser um obstáculo. Assim, será utilizado artigos e pesquisas publicadas em sites jurídicos, para identificar os principais argumentos de autoridade relacionados ao tema, seja para validá-los ou refutá-los.

3. Relevância prática, caráter inovador e potencial de impacto

O trabalho de conclusão irá estudar de forma profunda, uma lei aprovada e que entrou em vigor a pouco tempo, comparando-a com a lei de recuperação judicial de microempresários, cujas produções literárias ainda são quase inexistentes. O estudo permitirá analisar e fazer recomendações sobre as melhores práticas para o exercício dos advogados, dos juízes, consumidores, credores na aplicação da lei.

O potencial de impacto deste trabalho está contido no fato do enorme número de pessoas endividadas em nosso país e de que forma a lei de superendividamento pode ser aplicada para essas pessoas, possibilitando a recuperação financeira e a utilização de crédito consciente.

Quanto ao potencial inovador podemos considerar a relevância dos consumidores possuírem finanças saudáveis, podendo gerar a circulação de dinheiro de forma consciente, aquecer a economia, baixar a inflação, tornando acessível a aquisição de bens móveis e imóveis, entre outras coisas.

4. Familiaridade com objeto da pesquisa

Iniciei minha trajetória profissional no departamento jurídico de um escritório que prestava serviços ao banco Santander, na recuperação de veículos com parcelas em atraso, posteriormente atuei em outro escritório ondem a carteira possuía dois bancos na região norte e nordeste do Brasil, com foco em empréstimo consignado e financiamento de imóveis.

Já como advogada atuei em outro escritório onde o foco era os consumidores com dívidas bancárias e ingressávamos com ações na tentativa de conseguir uma repactuação da dívida e até mesmo diminuir os juros contratados, possibilitando a recuperação financeira das pessoas físicas.

Atualmente atuo com ações bancárias na defesa do banco de diversos tipos, contudo temos muitas ações que pretendem a adequação dos empréstimos na proporção de 30% sobre seus vencimentos líquidos, a repactuação de dívidas, a diminuição dos juros nos contratos de financiamentos e empréstimos bancários.

Participei da Comissão de Direito Tributário da OAB/SP em 2016 e sou membro da Comissão de Direito Compliance da OAB/SP desde 2022.

Mestranda em Direito dos Negócios pela FGV-SP, realizei uma pós-graduação em Direito Civil e Processo Civil pelo INESP em 2013 e graduada em Direito da Universidade Paulista em 2010.

Por fim, possuo conhecimento prático sobre as ações relacionadas as instituições financeiras, possuindo acesso aos dados, documentos e argumentos que vem sendo utilizado em nossos tribunais por todo o país.

5. Bibliografia preliminar

SACROMONE, Marcelo Barbosa. *Recuperação Judicial e Falência:* Evidências Empíricas. Edição 1ª. Cidade: Indaiatuba/SP, Editora: Foco, 2022.

SALOMÃO, Luis Felipe. *Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência. Edição 7ª. Cidade: Rio de Janeiro/RJ, Editora: Forense, 2023.*

COSTA, GERALDO DE FARIA MARTINS DA. "*Superendividamento: a proteção do consumidor de crédito em direito comparado brasileiro e francês*." São Paulo, Revista dos Tribunais, 2002.

Neto, André Perin Schimidt, *Revisão dos Contratos com Base no Superendividamento - Do Código de Defesa do Consumidor ao Código Civil.* Edição: 1ª, Editora: Juruá, 2012.

Cervasio, Daniel Bucar, *Superendividamento: Reabilitação patrimonial da pessoa humana* - 1ª edição de 2017, Editora: Saraiva Jur, Rio de Janeiro/RJ.

Negrão, Theotonio, *Código de Processo Civil e Legislação Processual em Vigor* - 54ª Edição 2023, Editora: Saraiva.

Coleção Saraiva de Legislação - Código de Proteção e Defesa do Consumidor - 30ª Edição, Editora: Saraiva.

Lei nº. 11.101/2005 – Lei de Recuperação Judicial.

Lei nº. 14.871/2021 – Lei Superendividamento.

Lei nº. 13.874/2019 – Lei Liberdade Econômica.

6. Cronograma de execução

	2023						2024												
Atividade	07	08	09	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Horas
Levantamento Bibliográfico																			60
Leitura e fichamento da bibliografia/julgados																			350
Redação Capítulo 1																			50
Redação Capítulo 2																			50
Redação Capítulo3																			50
Redação Capítulo 4																			50
Redação Capítulo 5																			50
Redação Capítulo 6																			50
Conclusão da Redação																			50
Revisão																			50
Depósito																			10

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO
   1.2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO SUPERENDIVIDAMENTO
   1.3. NECESSIDADE DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA
   1.4. OBJETIVOS DO ESTUDO

2. LEI DE SUPERENDIVIDAMENTO
   2.1. CONCEITOS E FUNDAMENTOS
   2.2. PRINCIPAIS DISPOSIÇÕES E PROCEDIMENTOS
   2.3. ABRANGÊNCIA E PÚBLICO-ALVO

3. LEI DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL PARA MICROEMPRESÁRIOS
   3.1. O ESTATUTO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE
   3.2 REQUISITOS PARA APLICAÇÃO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL PARA MICROEMPRESÁRIOS
   3.3. IMPACTOS NA MICROEMPRESA E NO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

4. COMPARATIVOS ENTRE AS LEIS
   4.1. SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS
   4.2 PODE O MICROEMPRESÁRIO OPTAR PELA LEI DE SUPERENDIVIDAMENTO OU PELA RECUPERAÇÃO JUDICIAL?
   4.3. DESAFIOS E BENEFÍCIOS PARA OS ENVOLVIDOS

5. ESTUDO DE CASO
   5.1. CASO A: A APLICAÇÃO DA LEI DE SUPERENDIVIDAMENTO
   5.2. CASO B: RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE MICROEMPRESÁRIOS

6. CONCLUSÕES
   6.1. SÍNTESE E PRINCIPAIS DESCOBERTAS
   6.2. IMPLICAÇÕES PARA SUPERENDIVIDADOS E MICROEMPRESÁRIOS
   6.3. SUGESTÕES

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS
   7.1. CONTRIBUIÇÕES DO ESTUDO
   7.2. LIMITAÇÕES E ÁREAS PARA PESQUISA FUTURAS

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS